



PORTUGAL

# Aliança para isolar a extrema direita

Partidos Socialista e Social Democrata cerram fileiras para controlar a Assembleia da República pelos próximos quatro anos e impedir o avanço do ultraconservador Chega, acusado de inviabilizar a eleição da mesa diretora do Parlamento

» VICENTE NUNES  
CORRESPONDENTE

**L**isboa — Depois do grande susto que levaram das urnas, com a extrema-direita quadruplicando de tamanho e elegendo 50 deputados, os dois maiores partidos de Portugal decidiram passar por cima das divergências e fechar uma aliança para garantir o controle da Assembleia da República nos próximos quatro anos. O Partido Socialista (PS), de esquerda, e o Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, somaram forças, isolaram a ultradireita e elegeram o novo presidente do Parlamento, José Pedro Aguiar-Branco, com 160 votos, depois de quase dois dias de impasse e três tentativas frustradas. Pelo acordo, o representante do PSD ficará no comando da Assembleia nos próximos dois anos e o PS, com Francisco Assis, exercerá a função nos dois anos seguintes.

A solução foi proposta pelo PS, diante da dificuldade da Aliança Democrática, que inclui o PSD, de formar maioria para fazer o presidente do Parlamento. O acerto foi possível depois de o Chega, de extrema direita, ter tumultuado o processo e inviabilizado as tentativas anteriores de definir a mesa diretora da Assembleia da República. A justificativa de PS e PSD para firmar o acordo foi a de garantir a estabilidade política de Portugal na atual legislatura, que foi sacudida pela decisão dos eleitores de darem quase 1,2 milhão de votos aos radicais de direita. Para o novo presidente do Parlamento, sua eleição mostra que a democracia venceu. “Se tem uma coisa que os últimos dias nos ensinaram é que não devemos desistir da democracia. Eu não desisto e vou trabalhar para fortalecê-la”, afirmou, em seu primeiro discurso oficial.

A extrema direita, no entanto, conseguiu garantir uma das quatro vagas de vice-presidente do Parlamento para o deputado Diogo Pacheco de Amorim. A escolha

Patricia de Melo Moreira/AFP



Simpatizantes do Partido Socialista celebram a democracia, durante as eleições de 10 de março, em Lisboa: coalizão de conveniência

do representante do Chega causou barulho, sobretudo, pelo histórico dele como militante contra o movimento que levou à Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, e resgatou a democracia portuguesa. Para a líder do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua, essa escolha só foi possível porque a Aliança Democrática, tendo o PSD à frente, não foi capaz de garantir uma solução institucional política para o país. Amorim rebateu as críticas endereçadas à sua eleição e destacou que não é contra o modelo político de Portugal, mas, sim, contra o sistema que o controla. Os demais vice-presidentes são Teresa Morais

(PSD), Marcos Perestrello (PS) e Rodrigo Saraiva (IL).

## Disputa pela oposição

Futuro primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, que tomará posse em 2 de abril, preferiu o silêncio em torno das articulações para a presidência da Assembleia da República. Mas, segundo Hugo Soares, secretário-geral do PSD, apesar do acordo com o Partido Socialista para isolar o Chega, o novo governo, comandado pela Aliança Democrática, promoverá as mudanças que prometeu durante a campanha e não repetirá as administrações

socialistas. “Nosso compromisso é com o resultado eleitoral, que mostrou que o país quer mudanças”, assinalou. Ele acrescentou, ainda, que os portugueses “não querem saber de jogos políticos”.

Segundo o socialista Pedro Nuno Santos, derrotado na disputa para primeiro-ministro, a aliança com o centro-direita foi uma necessidade para se resolver um impasse institucional. Ele contou que, como Montenegro não apresentou uma solução para resolver o problema envolvendo a presidência do Parlamento, a legenda, que governou Portugal nos últimos oito anos, agiu a fim de garantir o fortalecimento da

Assembleia. “A direita não conseguiu aprovar o nome que o PSD apresentou. Então, o PS sugeriu uma presidência partilhada”, explicou. Santos reforçou, no entanto, que os socialistas serão oposição ao novo governo, também uma forma de esvaziar esse papel que o Chega quer ocupar.

Muito irritado com a estratégia usada pelos socialistas e pelo centro-direita, o líder do Chega, André Ventura, disse que o PSD, de Montenegro, optou por se aliar à esquerda em vez de construir uma ampla frente de direita. “O PSD é livre para fazer isso, mas, a partir de agora, cada um segue o seu caminho, e o Chega liderará a oposição em

Wikipedia



**Se tem uma coisa que os últimos dias nos ensinaram é que não devemos desistir da democracia. Eu não desisto e vou trabalhar para fortalecê-la"**

**José Pedro Aguiar-Branco**, novo presidente da Assembleia da República

Portugal, porque é o terceiro partido do Parlamento e o único que está fora do pseudoacordo”, afirmou. Esperneando, ele voltou a reclamar que, mais uma vez, o PSD “humilhou, espezinhou, maltratou o partido que representa quase 1,2 milhão de eleitores”.

Enquanto o bate-boca na Assembleia da República corria solto, Montenegro foi ao encontro do ainda primeiro-ministro António Costa, no Palácio de Belém, sede do Executivo. Os dois amaram os últimos detalhes para a troca de governo. Segundo Costa, está havendo uma total colaboração entre os dois nesse período de transição. “Recebi hoje (ontem) o primeiro-ministro indicado, a quem desejo as maiores felicidades pessoais e políticas para o bem de Portugal e dos portugueses”, escreveu ele numa rede social. O líder do PSD deve anunciar hoje a composição de seu ministério.

## AMÉRICA DO SUL

# Milei quer demitir 70 mil funcionários públicos

Juan Mabromata/AFP



Milei no Fórum Econômico Internacional das Américas, em Buenos Aires

» RODRIGO CRAVEIRO

O governo de Javier Milei encerrará, até domingo, os contratos de 15 mil funcionários públicos. Em pronunciamento durante o Fórum Econômico Internacional das Américas, em Buenos Aires, o presidente argentino avisou que levará adiante o plano de ajuste fiscal e avisou: “Demitimos 50 mil funcionários públicos, e 70 mil contratos vão cair”.

Porta-voz da Casa Rosada, Manuel Adorni admitiu uma confusão em torno do discurso de Milei

e explicou que o universo de contratos analisados é de cerca de 70 mil. “Desse total, 15 mil receberão baixa até 31 de março. Quanto ao restante, vamos renová-los por seis meses e seguir avançando na análise de cada um. O objetivo é chegar ao que corresponda. Se são 70 mil, que sejam 70 mil. Se ficamos em 15 mil, que sejam 15 mil”, afirmou.

Adorni também anunciou, ontem, um plano para fechar 11 mil cooperativas e suspender todas aquelas criadas entre 2020 e 2022. Em entrevista ao **Correio**, por telefone, Rodolfo Aguiar — secretário-geral da Asociación

de Trabajadores del Estado (ATE) — disse que o anúncio de Milei sobre a demissão de 70 mil funcionários públicos é “impraticável”. “Isso mostra que o presidente conhece muito pouco a administração pública nacional. Além disso, esse anúncio tem provocado, nos trabalhadores, angústia, ansiedade e incerteza. Vamos aprofundar todos os nossos planos de luta”, assegurou. “Despedir 70 mil trabalhadores significaria deixar o Estado nacional quase sem a metade de seus recursos humanos. Essa tragédia social teria um impacto

absolutamente negativo em toda a sociedade”, acrescentou.

De acordo com Aguiar, a ATE ganhou força, nas últimas horas, e levou o governo Milei a decidir por um recorte entre 20% e 30% da planta funcional. “No domingo, 70 mil contratos vencerão na Argentina. Enfrentaremos entre 14 mil e 20 mil demitidos. Anunciamos uma medida de força para a próxima quarta-feira. Faremos uma jornada nacional de luta, com invasões a todos os ministérios”, disse. Ele instou as centrais de trabalhadores a organizarem nova greve geral.

# Maduro chama partido opositor de “terrorista”

Durante pronunciamento feito em rede estatal de televisão, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, classificou o partido Vente Venezuela, da ex-deputada María Corina Machado, de “terrorista”. “Estão me perseguindo para tentar atentar contra a minha vida, como foi demonstrado com a captura dos indivíduos do movimento terrorista Vente

Venezuela. Será Vente Terrorista”, declarou o líder chavista. O partido foi impedido pelo regime de registrar a chapa de Corina Yoris, candidata escolhida para substituir María Corina, inabilitada politicamente.

Seis assessores da ex-deputada, todos integrantes do Vente Venezuela, estão refugiados na Embaixada da Argentina, em

Caracas, desde segunda-feira. São eles: Magalli Meda, chefe de campanha de María Corina; Pedro Urruchurtu, coordenador internacional do Vente Venezuela; o ex-deputado Omar González; o especialista eleitoral Humberto Villalobos; e Claudia Macero, chefe de comunicação do partido. Uma sexta pessoa não teve a identidade revelada por motivos

de segurança. O grupo decidiu se abrigar na representação diplomática em meio à perseguição travada pelo regime, que cortou o fornecimento de eletricidade e de água do prédio.

No mesmo dia em que o grupo se refugiou na embaixada, Maduro anunciou a prisão de dois homens armados que teriam planejado assassiná-lo. A suposta

tentativa de magnicídio ocorreria no momento em que o presidente registrasse sua candidatura.

O governo da Argentina anunciou o envio de gendarmes (uma força militar) para garantir a segurança de sua embaixada, em Caracas. O incidente causou mal-estar com Buenos Aires. Na terça-feira, os governos de Brasil e Venezuela entraram em choque

após uma mudança de tom da chancelaria brasileira, que afirmou acompanhar o processo eleitoral venezuelano com “expectativa e preocupação”. O regime de Maduro acusou o Itamaraty de intervencionismo e qualificou a posição brasileira como “cinzenta”. Na terça-feira, o Conselho Nacional Eleitoral impediu a candidatura de Yoris.